

Poder Judiciário  
Justiça Federal  
Conselho da Justiça Federal – CJF  
Diretoria Executiva de Planejamento e de Orçamento - DP  
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças – SPO  
Subsecretaria de Programação Orçamentária e Financeira - SUPRO  
Divisão de Contabilidade e Custos – DICOS  
Seção de Orientação Contábil - SECONT

# **Demonstrações Contábeis**

**Órgão 12000 – Justiça Federal**  
**1º trimestre de 2024**



**Brasília (DF), 30 de abril de 2024**

**JUSTIÇA FEDERAL**  
Conselho da Justiça Federal

## Sumário

Lista de Siglas .....	4
Apresentação .....	5
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis .....	6
Declaração do Contador.....	7
Fatos Relevantes .....	8
1) Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2023, de 8 de maio de 2023. ....	8
2) Precatórios e RPV cancelados e reincluídos.....	8
3) Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017.....	8
4) Inconstitucionalidade das Emendas Constitucionais 113 e 114 .....	9
Demonstrações Contábeis .....	10
Balanço Patrimonial – BP .....	10
Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP .....	11
Balanço Orçamentário – BO.....	13
Balanço Financeiro – BF .....	15
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC.....	16
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	17
NOTA 1 – BP – ATIVO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores.....	17
NOTA 2 – BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE – Créditos a Longo Prazo.....	18
NOTA 3 – BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE – Imobilizado – Bens Imóveis .....	19
NOTA 4 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	23
NOTA 5 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Provisões a Curto Prazo .....	25
NOTA 6 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	26
NOTA 7 – DVP – VPA/Transferências e Delegações Recebidas.....	28
NOTA 8 – DVP – VPA/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	30
NOTA 9 – DVP – VPD/Transferências e Delegações Concedidas .....	32
NOTA 10 – DVP – VPD/Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	34
NOTA 11 – BO – RECEITAS CORRENTES – Receitas Tributárias.....	36
NOTA 12 – BO – DESPESAS CORRENTES .....	38
NOTA 13 – BF – INGRESSOS - Transferências Financeiras Recebidas - Resultantes da Execução Orçamentária .....	39
NOTA 14 – BF – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, Independentes da Execução Orçamentária .....	41
NOTA 15 – BF – INGRESSOS - Recebimentos Extraorçamentários – Arrecadação de Outra Unidade .....	42

NOTA 16 – BF – DISPÊNDIOS – Despesas Orçamentárias – Vinculadas.....	44
NOTA 17 – BF – DISPÊNDIOS - Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária .....	45
NOTA 18 – DFC – Fluxos de Caixa - por Atividade.....	46
NOTA 19 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa .....	48
Referências.....	49

## **Lista de Siglas**

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AH – Análise Horizontal

AV – Análise Vertical

BF – Balanço Financeiro

BGU – Balanço Geral da União

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

CCONT/STN – Coordenação Geral de Contabilidade

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CJF – Conselho da Justiça Federal

DCJF – Demonstrações Contábeis da Justiça Federal

DCON - Demonstrações Contábeis Consolidadas

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DOU – Diário Oficial da União

DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

JF – Justiça Federal

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público Conselho

RPV - Requisições de Pequeno Valor

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TRF – Tribunal Regional Federal

## **Apresentação**

A Justiça Federal é composta pelo conjunto dos órgãos do Poder Judiciário cuja competência, prevista no art. 109 da Constituição Federal de 1988, é o julgamento de ações nas quais a União, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem como autoras ou rés, bem como intervenientes de qualquer natureza.

A Constituição de 1988 promoveu significativas modificações na estrutura da Justiça Federal, extinguindo o Tribunal Federal de Recursos e fomentando a criação dos seis Tribunais Regionais Federais e do Conselho da Justiça Federal (Lei n. 11.798/2008).

Cabe aos Tribunais Regionais Federais (art. 108 da CF/1988) processar e julgar os recursos provenientes das Seções Judiciárias a eles vinculados, bem como ações de sua competência originária (ações rescisórias, conflitos de competência, crimes cometidos por pessoas com prerrogativa de foro etc.). A própria Constituição Federal, no art. 27, § 6º, do ADCT, incumbiu-se de criar os cinco primeiros tribunais regionais federais, que passaram a ser em número de seis, desde a edição da Lei n. 14.226/2021. Regulamentando esse dispositivo, foi editada a Lei n. 7.727/1989, que estabeleceu a composição inicial de cada tribunal com alterações dadas pelas Leis n. 8.914/1994, 8.915/1994, 9.967/2000, 9.968/2000 e 14.253/2021.

Durante a década de 1990, a Justiça Federal de Primeira Instância sofreu enorme ampliação, com a criação de novas varas em todas as regiões. Nesse período, incrementou-se, também, o processo de interiorização desta Justiça, o que é, mais acentuadamente, levado a efeito com a edição da Lei n. 10.772/2003, que criou 183 novas varas. Ressalta-se que, com a Lei n. 8.251, de 24 de outubro de 1991, foram criadas as Seções Judiciárias do Tocantins, do Amapá e de Roraima.

O Conselho da Justiça Federal é o órgão central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, cujas decisões administrativas possuem caráter vinculante, e são de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal, conforme estabelece o art. 105, parágrafo único, inc. II, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei n. 11.798/2008.

Nesse contexto, enquanto Setorial Contábil, o CJF é responsável pela análise das Demonstrações Contábeis da Justiça Federal (DCJF), onde são consolidadas as contas de todo o órgão 12000 – Justiça Federal. Destaca-se que as DCJF subsidiam a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas – DCON, as quais compõem o Balanço Geral da União – BGU.

## Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Justiça Federal -DCJF são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Preparadas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCJF consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras (UGs) da Justiça Federal. Sendo assim, a elaboração das DCJF teve como subsídio as informações prestadas pelas setoriais regionais de contabilidade que compõem a estrutura da Justiça Federal.

No presente relatório estão evidenciadas as DCJF relativas ao 1º trimestre de 2024. Embora não seja exigida pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das demonstrações representa um instrumento de transparência do Governo Federal.

As estruturas e a composição das DCJF estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As DCJF trimestrais contemplam ainda Notas Explicativas, que, segundo definição do MCASP, são informações adicionais às constantes dos quadros dos demonstrativos contábeis e são consideradas parte integrante das demonstrações, tendo por objetivo facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, devendo, portanto, serem claras, sintéticas e objetivas (STN, 2021).

A moeda de apresentação nas demonstrações contábeis é o Real.

A análise das DCJF materializa-se por meio da avaliação dos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, que são acompanhados das suas respectivas Notas Explicativas. Os demonstrativos foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e sua análise foi complementada com auxílio do Tesouro Gerencial.

## **Declaração do Contador**

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis e suas notas explicativas da Justiça Federal - Órgão 12000, referentes ao 1º Trimestre de 2024, refletindo a conformidade contábil, sendo pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas notas explicativas, referentes ao 1º Trimestre de 2024, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Manual SIAFI.

Brasília-DF, 30 de abril de 2024

Danillo Teixeira de Souza  
CRC nº DF-020599/O  
Contador Responsável

## Fatos Relevantes

### 1) Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2023, de 8 de maio de 2023.

Em substituição à Nota Técnica SPO/CJF nº 1/2022, a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/CJF editou a Nota Técnica SPO/CJF nº 01/2023, que trata do Registro da Obrigação de Precatórios, RPV e Patronal do PSSS, com reflexos no Patrimônio da Entidade Devedora, em atendimento ao Acórdão 1331/2019 – TCU (TC 013.643/2019), o qual determina:

- a) a revisão dos procedimentos de registro do passivo relativo à sentença judicial transitada em julgado entre 03/04 e 31/12 que resulte em precatório;
- b) a revisão das orientações sobre os procedimentos de registro contábil dos precatórios quanto à reclassificação dessa obrigação do longo prazo para o curto prazo antes do encerramento do exercício.

### 2) Precatórios e RPV cancelados e reincluídos

Para atender os Acórdãos do Tribunal de Contas da União, nº 1331/2019-Plenário e nº 1437/2020-Plenário, os quais determinaram a realização de ajustes nos procedimentos que impactam a contabilização dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados e reincluídos, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN desenvolveu rotina contábil para que os lançamentos tenham reflexo nas Demonstrações Contábeis da devida entidade, com equivalentes registros em contas de controle deste Órgão, a fim de evitar distorções nas informações.

Nesse sentido, o Conselho da Justiça Federal, como Órgão Central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, orientou os Tribunais Regionais Federais quanto aos procedimentos necessários para a apuração e contabilização dos valores de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados em razão do disposto no art. 2º da Lei nº 13.463/2017.

### 3) Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017

A edição da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que dispôs em seu art. 2º sobre o cancelamento de precatórios e RPV federais, cujos valores não tivessem sido levantados pelo credor e estivessem depositados há mais de 2 anos em instituição financeira oficial, teve grande impacto, desde a sua edição, nas Demonstrações Contábeis da Justiça Federal.

Em 30/06/2022, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5755, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o cancelamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor (RPVs) não levantados pelo credor no período de dois anos, conforme previsto na Lei 14.463/2017, é inconstitucional.

#### **4) Inconstitucionalidade das Emendas Constitucionais 113 e 114**

Em dezembro de 2023, por meio das ADIs 7047 e 7064, o STF julgou inconstitucionais as alterações implementadas em 2021 no regime constitucional de precatórios (Emendas Constitucionais 113 e 114), entre elas a que impunha um teto para o pagamento dessas despesas entre 2022 e 2026.

A decisão determinou que a União quitasse a dívida com precatórios acumulada no exercício de 2022. Também retirou do teto de gastos as despesas com precatórios, inclusive os expedidos entre 2023 e 2026. Além disso, na decisão o Supremo autorizou a União a abrir créditos extraordinários necessários ao pagamento imediato dos precatórios expedidos e não pagos.

Em 20/12/2023 foi editada a Medida Provisória nº 1.200/2023, que realizou a abertura do crédito extraordinário para pagamento desses precatórios represados no valor de R\$ 93,1 bilhões, dos quais R\$ 88,2 bilhões competem à Justiça Federal.

## Demonstrações Contábeis

### Balanco Patrimonial – BP

ATIVO		NE	2024	2023	PASSIVO		NE	2024	2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>4.581.549.954</b>	<b>3.981.886.221</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			<b>2.421.158.818</b>	<b>4.268.876.125</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa			4.193.933.195	3.743.529.713	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP		4	1.964.405.734	3.665.419.280
Créditos a Curto Prazo			308.802.832	158.584.733	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			-	-
Demais Créditos e Valores		1	311.991.620	161.811.524	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			31.497.670	16.326.676
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo			(3.188.788)	(3.226.791)	Obrigações Fiscais a Curto Prazo			47.382	-
Estoques			33.901.508	35.560.834	Provisões a Curto Prazo		5	4.178.938	10.197.776
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda			-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		6	421.029.092	576.932.393
VPDs Pagas Antecipadamente			44.912.419	44.210.942				-	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>6.837.854.392</b>	<b>6.867.362.677</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>231.991</b>	<b>231.426</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo			5.156.118	5.552.616	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP			-	-
Créditos a Longo Prazo		2	4.787.744	5.184.241	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			-	-
Demais Créditos e Valores			4.823.276	5.219.773	Obrigações Fiscais a Longo Prazo			-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo			(35.532)	(35.532)	Transferências Fiscais a Longo Prazo			-	-
VPDs Pagas Antecipadamente			368.374	368.374	Demais Obrigações a Longo Prazo			231.991	231.426
Investimentos			9	9	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>			<b>2.421.390.809</b>	<b>4.269.107.550</b>
Participações Permanentes			-	-					
Demais Investimentos Permanentes			9	9					
Demais Investimentos Permanentes			9	9					
Imobilizado			6.642.135.316	6.669.660.952					
Bens Móveis			722.655.316	722.304.101					
Bens Móveis			1.583.090.094	1.565.981.493					
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens			(860.434.778)	(843.677.393)					
Móveis									
Bens Imóveis			5.919.480.000	5.947.356.851					
Bens Imóveis		3	5.936.387.309	5.962.874.491					
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis			(16.907.309)	(15.517.640)					
Intangível			190.562.949	192.149.101					
Softwares			190.497.167	192.083.319					
Softwares			265.327.013	263.250.174					
(-) Amortização Acumulada de Softwares			(71.451.076)	(67.788.085)					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares			(3.378.770)	(3.378.770)					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			65.782	65.782					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			65.782	65.782					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.			-	-					
Direitos de Uso de Imóveis			-	-					
Direitos de Uso de Imóveis			-	-					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis			-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis			-	-					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			<b>11.419.404.346</b>	<b>10.849.248.898</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
					ESPECIFICAÇÃO			2024	2023
					Patrimônio Social e Capital Social			-	-
					Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)			-	-
					Reservas de Capital			-	-
					Ajustes de Avaliação Patrimonial			-	-
					Demais Reservas			1.224.256.228	1.250.987.978
					Resultados Acumulados			7.773.757.309	5.329.153.370
					Resultado do Exercício			2.480.317.636	179.038.343
					Resultados de Exercícios Anteriores			5.329.153.370	5.414.981.638
					Ajustes de Exercícios Anteriores			(35.713.696)	(264.866.611)
					<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			<b>8.998.013.537</b>	<b>6.580.141.348</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			<b>11.419.404.346</b>	<b>10.849.248.898</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			<b>11.419.404.346</b>	<b>10.849.248.898</b>

Fonte: Siafi Web

### Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2024	2023
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>92.074.146.810</b>	<b>23.946.470.568</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>35.050.215</b>	<b>33.488.634</b>
Taxas		35.050.215	33.488.634
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>39.629.701</b>	<b>40.750.925</b>
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		39.629.701	40.750.925
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>73.374</b>	<b>46.851</b>
Juros e Encargos de Mora		65.148	24.409
Variações Monetárias e Cambiais		8.226	22.442
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>7</b>	<b>91.588.165.032</b>	<b>23.814.094.143</b>
Transferências Intragovernamentais		91.585.342.715	23.810.198.999
Transferências Intergovernamentais		445	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.821.873	3.895.144
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>3.975.032</b>	<b>12.144.381</b>
Reavaliação de Ativos		-	4.623.065
Ganhos com Alienação		1.794	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		3.567.862	3.465.568
Ganhos com Desincorporação de Passivos		405.375	4.055.748
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>8</b>	<b>407.253.457</b>	<b>45.945.635</b>
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		4.038.004	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		403.215.453	45.945.635
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>89.593.829.175</b>	<b>22.115.209.213</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>2.640.346.331</b>	<b>2.367.981.687</b>
Remuneração a Pessoal		2.049.843.198	1.891.839.483
Encargos Patronais		361.933.346	332.812.964
Benefícios a Pessoal		149.830.749	122.203.389
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		78.739.038	21.125.850
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>603.837.573</b>	<b>547.330.869</b>
Aposentadorias e Reformas		498.285.232	446.370.895
Pensões		83.585.784	79.321.230
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		21.966.557	21.638.743
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>389.755.483</b>	<b>324.926.451</b>
Uso de Material de Consumo		9.292.005	7.171.980
Serviços		349.562.079	286.258.315
Depreciação, Amortização e Exaustão		30.901.399	31.496.155
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>17.914</b>	<b>10.367</b>
Juros e Encargos de Mora		11.495	6.599
Descontos Financeiros Concedidos		6.419	3.767
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>9</b>	<b>61.376.706.353</b>	<b>15.771.166.111</b>
Transferências Intragovernamentais		61.353.739.641	15.766.517.573
Outras Transferências e Delegações Concedidas		22.966.711	4.648.538
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>10</b>	<b>24.568.427.695</b>	<b>3.093.788.469</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		292.082	267.873
Perdas Involuntárias		281.804	271.215
Incorporação de Passivos		24.548.448.420	3.080.555.654
Desincorporação de Ativos		19.405.389	12.693.727

<b>Tributárias</b>		<b>13.537.393</b>	<b>9.232.841</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		805.624	880.007
Contribuições		12.731.769	8.352.835
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>1.200.433</b>	<b>772.419</b>
Premiações		21.000	380
Incentivos		5.400	17.799
Constituição de Provisões		-	23.391
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.174.033	730.849
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>2.480.317.636</b>	<b>1.831.261.355</b>

Fonte: Siafi Web

### Balanco Orçamentário – BO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		-	-	24.533.338	24.533.338
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>11</b>	-	-	24.534.915	24.534.915
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	445	445
Outras Receitas Correntes		-	-	(2.021)	(2.021)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	(2.021)	(2.021)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>		-	-	24.533.338	24.533.338
<b>REFINANCIAMENTO</b>		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		-	-	24.533.338	24.533.338
<b>DEFICIT</b>		-	-	32.922.524.786	32.922.524.786
<b>TOTAL</b>		-	-	32.947.058.124	32.947.058.124

Fonte: Siafi Web

### Balanco Orçamentário – BO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12</b>	<b>15.646.285.200</b>	<b>15.646.285.200</b>	<b>32.022.722.577</b>	<b>27.204.943.615</b>	<b>27.008.129.986</b>	<b>(16.376.437.377)</b>
Pessoal e Encargos Sociais		12.568.645.852	12.568.645.852	6.885.018.933	3.386.861.888	3.234.835.781	5.683.626.919
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		3.077.639.348	3.077.639.348	25.137.703.644	23.818.081.727	23.773.294.206	(22.060.064.296)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>510.503.303</b>	<b>510.503.303</b>	<b>924.335.547</b>	<b>843.341.691</b>	<b>843.192.463</b>	<b>(413.832.244)</b>
Investimentos		510.503.303	510.503.303	83.287.318	2.293.462	2.144.234	427.215.985
Inversões Financeiras		-	-	841.048.229	841.048.229	841.048.229	(841.048.229)
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>16.156.788.503</b>	<b>16.156.788.503</b>	<b>32.947.058.124</b>	<b>28.048.285.307</b>	<b>27.851.322.449</b>	<b>(16.790.269.621)</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		<b>16.156.788.503</b>	<b>16.156.788.503</b>	<b>32.947.058.124</b>	<b>28.048.285.307</b>	<b>27.851.322.449</b>	<b>(16.790.269.621)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>16.156.788.503</b>	<b>16.156.788.503</b>	<b>32.947.058.124</b>	<b>28.048.285.307</b>	<b>27.851.322.449</b>	<b>(16.790.269.621)</b>

Fonte: Siafi Web

**Balanco Financeiro – BF**

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>24.533.338</b>	<b>23.528.978</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>32.947.058.124</b>	<b>11.054.655.291</b>
<b>Ordinárias</b>		-	-	<b>Ordinárias</b>		<b>27.991.429.749</b>	<b>7.276.025.854</b>
<b>Vinculadas</b>		<b>24.720.515</b>	<b>23.735.142</b>	<b>Vinculadas</b>	<b>16</b>	<b>4.955.628.375</b>	<b>3.778.629.437</b>
Educação		-	69.525	Seguridade Social (Exceto Previdência)		3.578.578.261	2.479.928.867
Previdência Social (RPPS)		-	-	Previdência Social (RPPS)		1.256.822.825	1.186.781.729
Alienação de Bens e Direitos		-	-	Dívida Pública		-	-
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		-	-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		-	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		24.719.548	23.664.652	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		120.227.289	111.918.841
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-	-
Recursos Extraorçamentários		-	-	Recursos Extraorçamentários		-	-
Recursos Não Classificados		967	964	Recursos Não Classificados		-	-
Recursos a Classificar		-	-			-	-
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>		<b>(187.177)</b>	<b>(206.163)</b>			-	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>91.585.342.715</b>	<b>23.810.198.999</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>61.353.739.641</b>	<b>15.766.517.573</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	<b>13</b>	85.212.974.386	19.831.272.071	Resultantes da Execução Orçamentária	<b>17</b>	56.181.996.445	13.118.008.240
Cota Recebida		29.026.800.551	6.741.893.601	Repasso Concedido		501.742	230.324
Repasso Recebido		8.551.727	830.221	Sub-repasso Concedido		56.177.603.074	13.074.312.935
Sub-repasso Recebido		56.177.603.074	13.074.312.935	Cota Devolvida		3.872.594	29.229.668
Sub-repasso Devolvido		19.035	14.235.314	Sub-repasso Devolvido		19.035	14.235.314
Independentes da Execução Orçamentária	<b>14</b>	6.372.368.328	3.978.926.929	Independentes da Execução Orçamentária	<b>14</b>	5.171.743.197	2.648.509.333
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		6.364.916.330	3.976.602.831	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		4.691.464.224	2.527.613.109
Demais Transferências Recebidas		1.045.948	1.079.722	Demais Transferências Concedidas		445.948	736.391
Movimentação de Saldos Patrimoniais		6.406.050	1.244.375	Movimento de Saldos Patrimoniais		479.833.025	120.159.833
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS		-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>5.779.429.416</b>	<b>4.963.829.976</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>		<b>2.638.104.221</b>	<b>1.690.141.917</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		196.962.857	38.980.098	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		150.346.404	57.112.481
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		4.898.772.817	4.671.583.332	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		2.269.358.659	1.350.292.215
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		229.559.811	157.509.596	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		218.347.035	282.731.048
Outros Recebimentos Extraorçamentários		454.133.930	95.756.951	Outros Pagamentos Extraorçamentários		52.123	6.174
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		991.553	680.761	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-	-
Restituições a Pagar		22.334	39.758	Valores Compensados		-	2.548
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2.866	10.565	Demais Pagamentos		52.123	3.625
Arrecadação de Outra Unidade	<b>15</b>	453.116.680	95.025.868			-	-
Valores para Compensação		498	-			-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>3.743.529.713</b>	<b>2.099.925.455</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>4.193.933.195</b>	<b>2.386.168.627</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.743.529.713	2.099.925.455	Caixa e Equivalentes de Caixa		4.193.933.195	2.386.168.627
<b>TOTAL</b>		<b>101.132.835.181</b>	<b>30.897.483.409</b>	<b>TOTAL</b>		<b>101.132.835.181</b>	<b>30.897.483.409</b>

Fonte: Siafi Web

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC

ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>18</b>	<b>1.330.339.439</b>	<b>333.320.883</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>92.292.578.241</b>	<b>24.086.313.764</b>
<b>Receita Tributária</b>		<b>24.534.915</b>	<b>23.442.072</b>
<b>Outras Receitas Derivadas e Originárias</b>		<b>(2.021)</b>	<b>86.907</b>
<b>Transferências Recebidas</b>		<b>445</b>	<b>-</b>
Intragovernamentais		445	-
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>		<b>92.268.044.903</b>	<b>24.062.784.785</b>
Ingressos Extraorçamentários		229.559.811	157.509.596
Restituições a Pagar		22.334	39.758
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2.866	10.565
Transferências Financeiras Recebidas		91.585.342.715	23.810.198.999
Arrecadação de Outra Unidade		453.116.680	95.025.868
Valores para Compensação		498	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>(90.962.238.802)</b>	<b>(23.752.992.881)</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>(28.600.962.852)</b>	<b>(7.315.312.475)</b>
Judiciário		(2.741.428.815)	(2.454.724.468)
Essencial à Justiça		(26.632)	(19.220)
Administração		-	(1.483)
Previdência Social		(616.680.871)	(584.852.220)
Encargos Especiais		(25.243.818.086)	(4.276.395.846)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		991.553	680.761
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>(789.137.151)</b>	<b>(388.425.611)</b>
Intragovernamentais		(789.137.151)	(388.425.611)
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		<b>(61.572.138.799)</b>	<b>(16.049.254.794)</b>
Dispêndios Extraorçamentários		(218.347.035)	(282.731.048)
Transferências Financeiras Concedidas		(61.353.739.641)	(15.766.517.573)
Valores Compensados		-	(2.548)
Demais Pagamentos		(52.123)	(3.625)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>18</b>	<b>(879.935.957)</b>	<b>(47.077.711)</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>(879.935.957)</b>	<b>(47.077.711)</b>
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>		<b>(35.696.815)</b>	<b>(35.986.607)</b>
<b>Outros Desembolsos de Investimentos</b>		<b>(844.239.142)</b>	<b>(11.091.104)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>450.403.482</b>	<b>286.243.172</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>19</b>	<b>3.743.529.713</b>	<b>2.099.925.455</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>4.193.933.195</b>	<b>2.386.168.627</b>

Fonte: Siafi Web

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### NOTA 1 – BP – ATIVO CIRCULANTE - Demais Créditos e Valores

ATIVO	2024	2023	AH	AV
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>4.581.549.954</b>	<b>3.981.886.221</b>	<b>15,06%</b>	<b>40,12%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.193.933.195	3.743.529.713	12,03%	36,73%
Créditos a Curto Prazo	308.802.832	158.584.733	94,72%	2,70%
Demais Créditos e Valores	311.991.620	161.811.524	92,81%	2,73%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	(3.188.788)	(3.226.791)	(1,18%)	(0,03%)
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	-	-	-	-
Estoques	33.901.508	35.560.834	(4,67%)	0,30%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	44.912.419	44.210.942	1,59%	0,39%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.419.404.346</b>	<b>10.849.248.898</b>	<b>5,26%</b>	<b>100,00%</b>

Dentre as contas que compõem os “Demais Créditos e Valores”, destaca-se que a conta com valor mais representativo no 1º trimestre de 2024 foi a de **13º Salário - Adiantamento**, respondendo por 54,76% do total, conforme abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	VALOR (R\$)	%
13 Salário - Adiantamento	170.853.537	54,76%
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	72.982.176	23,39%
Adiantamento Auxílio-Alimentação	23.925.745	7,67%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	11.835.763	3,79%
Cred a Rec de Acerto Finan C/Servidor/Ex Serv	10.344.673	3,32%
Cred a Rec Decor de Infrac Leg e Contratuais	9.974.665	3,20%
Adiantamentos a Fornecedores	5.712.015	1,83%
Cred a Rec por Cessão de Áreas Publicas	2.169.794	0,70%
Adiantamento Concedido - Suprimento de Fundos	1.390.337	0,45%
Outros	2.802.915	0,90%
<b>TOTAL</b>	<b>311.991.620</b>	<b>100,00%</b>

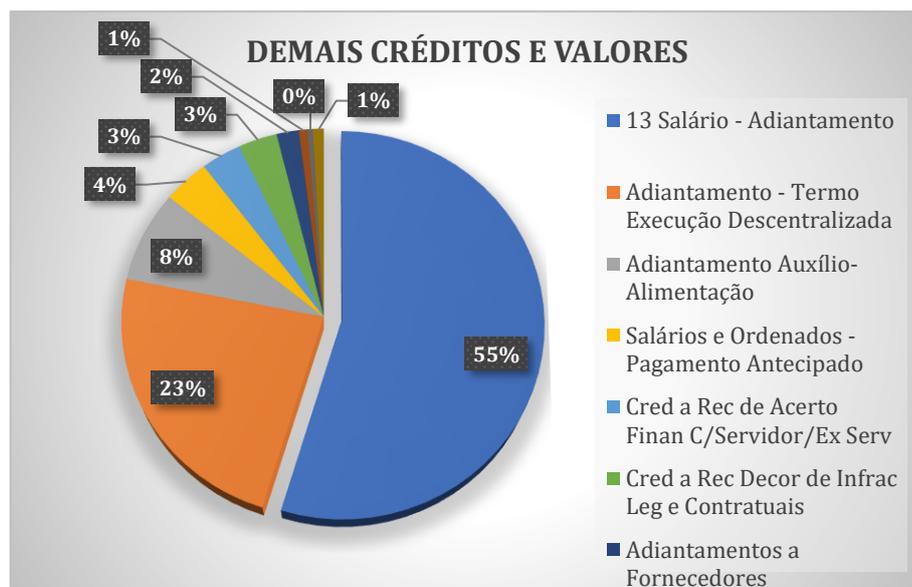


Gráfico 1

## NOTA 2 – BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE – Créditos a Longo Prazo

ATIVO	2024	2023	AH	AV
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.837.854.392</b>	<b>6.867.362.677</b>	<b>(0,43%)</b>	<b>59,88%</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.156.118	5.552.616	(7,14%)	0,05%
Créditos a Longo Prazo	4.787.744	5.184.241	(7,65%)	0,04%
Demais Créditos e Valores	4.823.276	5.219.773	(7,60%)	0,04%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	(35.532)	(35.532)	-	(0,00%)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.419.404.346</b>	<b>10.849.248.898</b>	<b>5,26%</b>	<b>100%</b>

Dentre as contas que compõem “Créditos a Longo Prazo”, destaca-se que a conta com valor mais representativo no 1º trimestre de 2024 foi a de “Crédito por Concessão Direito Uso/Exploração”, respondendo por 55,33% do total, seguida pela conta “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações”, com 37,66%. As duas contas, juntas, respondem por cerca de 93% do total dos Créditos a Longo Prazo, conforme abaixo:

CRÉDITOS A LONGO PRAZO	VALOR (R\$)	%
Cred por Concessão Direit Uso/Exploração Bens	2.648.914	55,33%
Creditos a Rec Decorrentes de Infrações-Lg Pz	1.803.085	37,66%
Cred a Rec por Acerto Finan C/Serv e Ex-Serv	173.535	3,62%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	162.211	3,39%
Cred a Receber decorrentes de Folha Pagamento	35.532	0,74%
Ajuste de Perdas de Outros Creditos	(35.532)	(0,74%)
<b>TOTAL</b>	<b>4.787.744</b>	<b>100,00%</b>

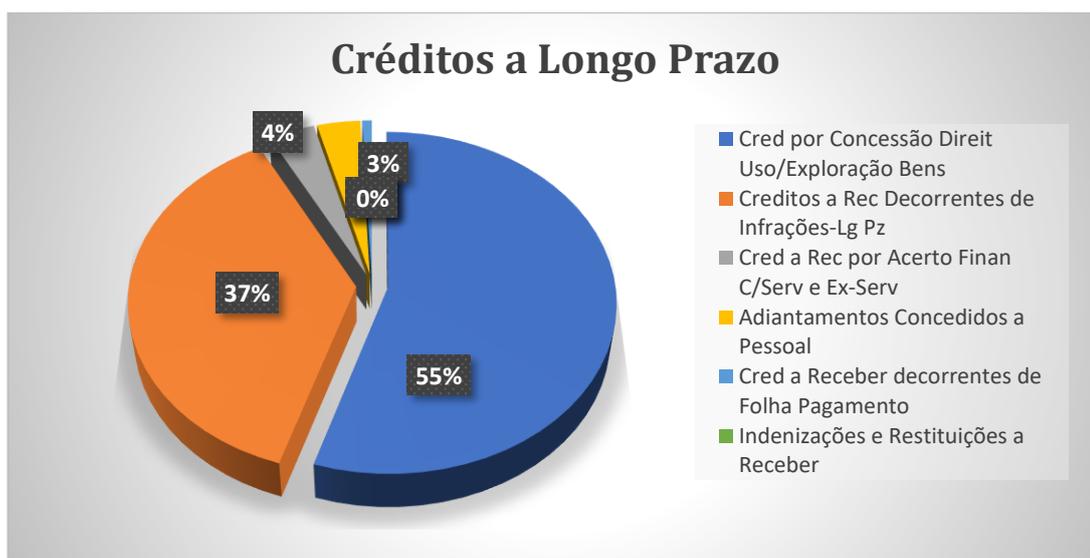


Gráfico 2

**NOTA 3 – BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE – Imobilizado – Bens Imóveis**

ATIVO	2024	2023	AH	AV
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.837.854.392</b>	<b>6.867.362.677</b>	<b>(0,43%)</b>	<b>59,88%</b>
Imobilizado	6.642.135.316	6.669.660.952	(0,41%)	58,17%
Bens Móveis	722.655.316	722.304.101	0,05%	6,33%
Bens Imóveis	1.583.090.094	1.565.981.493	1,09%	13,86%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(860.434.778)	(843.677.393)	1,99%	(7,53%)
Bens Imóveis	5.919.480.000	5.947.356.851	(0,47%)	51,84%
Bens Imóveis	5.936.387.309	5.962.874.491	(0,44%)	51,99%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(16.907.309)	(15.517.640)	8,96%	(0,15%)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.419.404.346</b>	<b>10.849.248.898</b>	<b>5,26%</b>	<b>100,00%</b>

O Imobilizado, que representa 97,14% do total do Ativo Não Circulante, é composto por 10,88% de Bens Móveis e 89,12% de Bens Imóveis, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2024	AV
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.156.118	0,08%
Investimentos	9	0,00%
Imobilizado	6.642.135.316	97,14%
Intangível	190.562.949	2,79%
<b>Total</b>	<b>6.837.854.392</b>	<b>100,00%</b>

IMOBILIZADO (Líquido de Depreciação Acumulada)	2024	%
Bens Móveis	722.655.316	10,88%
Bens Imóveis	5.919.480.000	89,12%
<b>TOTAL</b>	<b>6.642.135.316</b>	<b>100,00%</b>

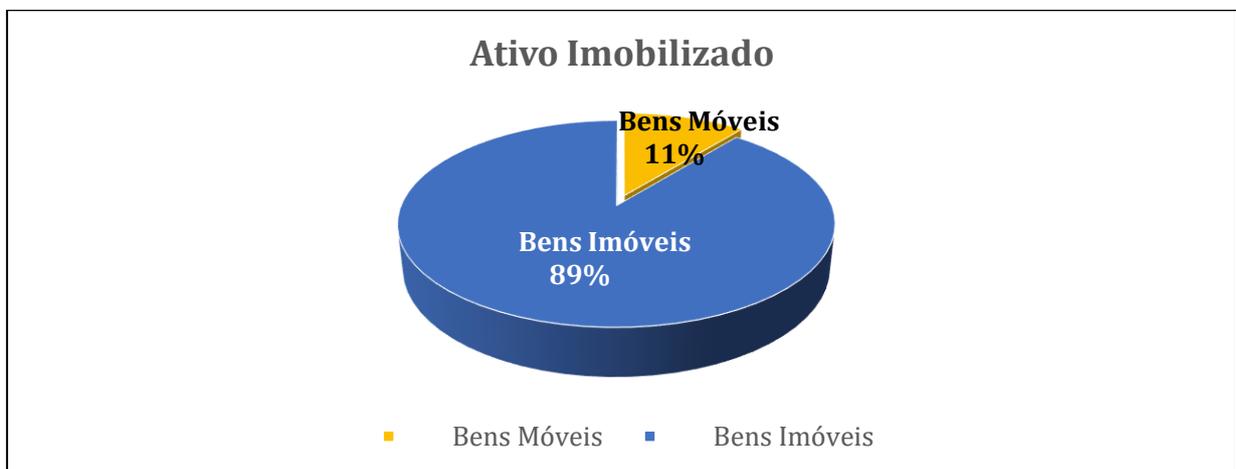


Gráfico 3

A Justiça Federal atualmente possui registrado um total bruto de R\$ 5.936.387.309 em Bens Imóveis. A maior concentração está em edifícios (73,72%), conforme a seguir demonstrado:

BENS IMÓVEIS (valores brutos por conta)	2024	%
Edifícios	4.376.250.799	73,72%
Terrenos/Glebas	446.117.579	7,51%
Obras Em Andamento	370.714.089	6,24%
Bens Imóveis a Classificar/ a Registrar	214.662.886	3,62%
Armazéns/Galpoes	197.192.749	3,32%
Imóveis de Uso Educacional	112.391.000	1,89%
Salas	69.763.861	1,18%
Instalações	50.741.543	0,85%
Imóveis Residenciais / Comerciais	41.680.325	0,70%
Estacionamentos e Garagens	24.552.253	0,41%
Demais Imóveis	32.320.227	0,54%
<b>TOTAL DE BENS IMÓVEIS</b>	<b>5.936.387.309</b>	<b>100,00%</b>
<b>Depreciação acumulada bens imóveis</b>	<b>(16.907.309)</b>	<b>-</b>
<b>Valor líquido de bens imóveis</b>	<b>5.919.480.000</b>	<b>-</b>

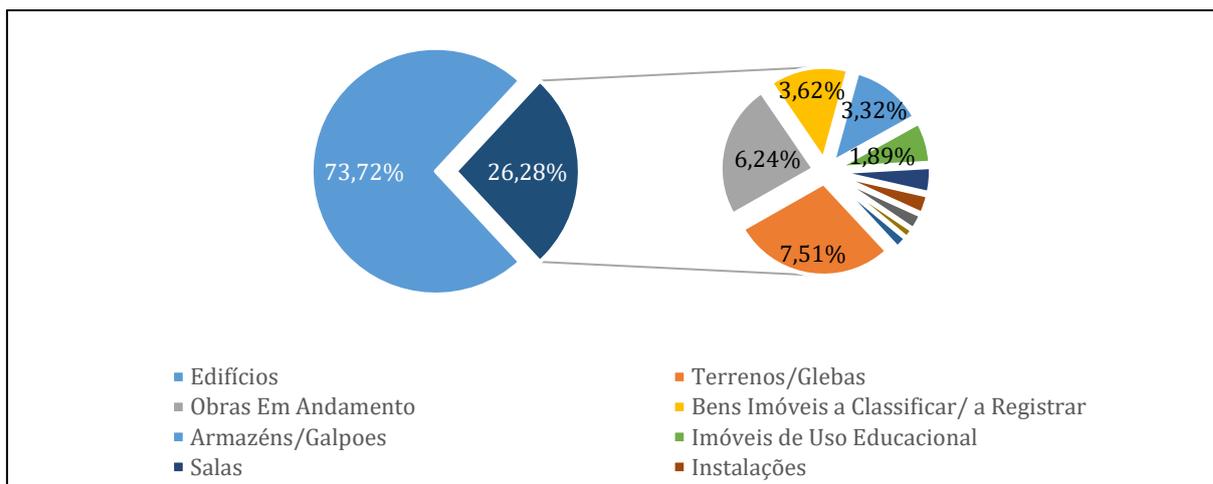


Gráfico 4

Outra possibilidade de visualizar os itens que compõem os Bens Imóveis da Justiça Federal, encontra-se no quadro a seguir:

Bens Imóveis (valores brutos por item)	2024	%
Bens de Uso Especial Registrados no Spiunet	5.263.400.426	88,66%
Bens Imóveis Em Andamento	387.167.579	6,52%
Demais Bens Imóveis	214.662.886	3,62%
Instalações	50.741.543	0,85%
Bens de Uso Especial Não Registrados Spiunet	12.252.000	0,21%
Benfeitorias Em Propriedade de Terceiros	8.162.876	0,14%
<b>TOTAL DE BENS IMÓVEIS</b>	<b>5.936.387.309</b>	<b>100,00%</b>

<b>Depreciação acumulada bens imóveis</b>	<b>(16.907.309)</b>	<b>-</b>
---	---------------------	----------

<b>Valor líquido de bens imóveis</b>	<b>5.919.480.000,44</b>	<b>-</b>
--------------------------------------	-------------------------	----------

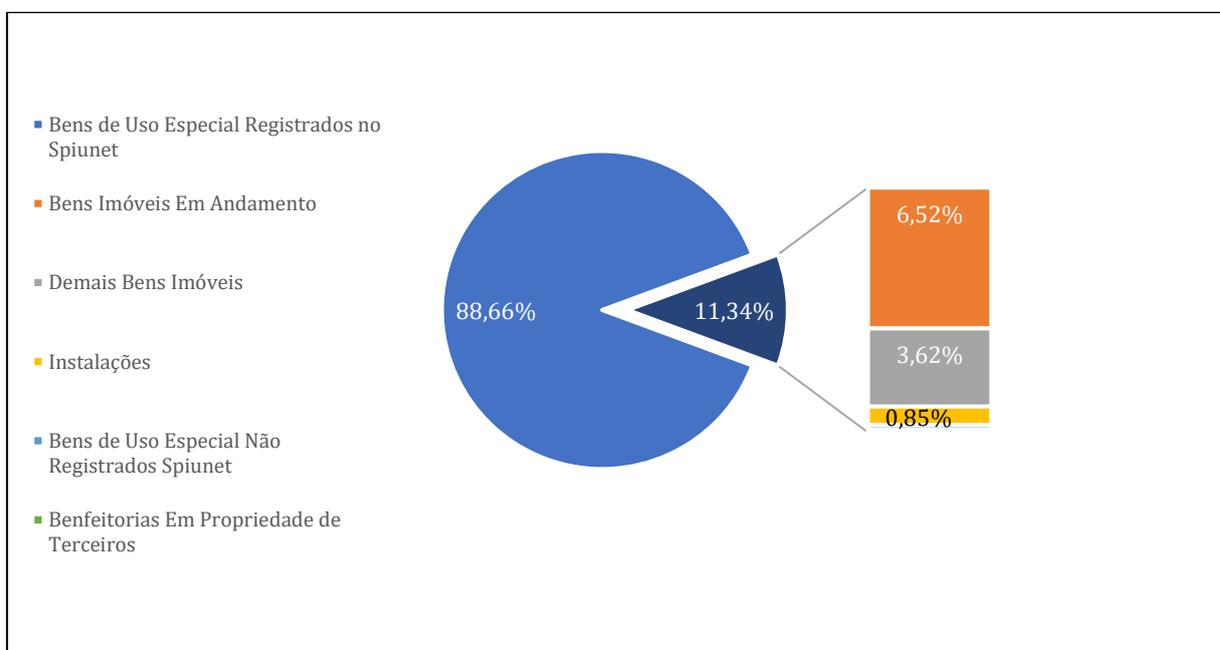


Gráfico 5

Do total de R\$ 5.936.387.309 que a Justiça Federal possui registrado em “Edifícios”, que corresponde a 73,72% do total dos Bens Imóveis, verifica-se que a 1ª Região concentra a maior parcela, seguida pela 4ª e 2ª Regiões, respectivamente, conforme abaixo:

EDIFÍCIOS (POR REGIÃO)	2024	%
1ª Região	1.692.190.681	28,51%
4ª Região	1.086.579.991	18,30%
2ª Região	1.040.473.114	17,53%
3ª Região	1.037.254.549	17,47%
5ª Região	719.787.850	12,13%
6ª Região	277.204.655	4,67%
Conselho da Justiça Federal	82.896.469	1,40%
<b>TOTAL DE EDIFÍCIOS</b>	<b>5.936.387.309</b>	<b>100,00%</b>

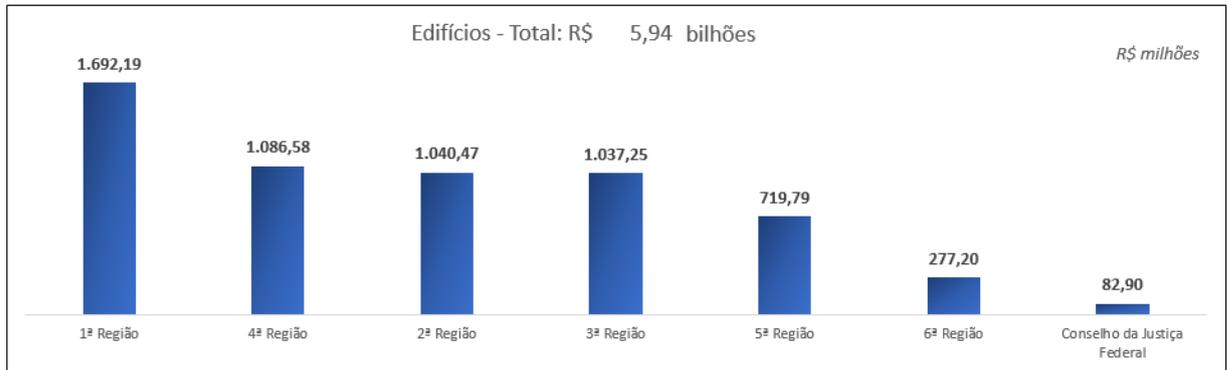


Gráfico 6

**NOTA 4 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

PASSIVO	2024	2023	AH	AV
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.421.158.818</b>	<b>4.268.876.125</b>	(43,28%)	21,20%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.964.405.734	3.665.419.280	(46,41%)	17,20%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31.497.670	16.326.676	92,92%	0,28%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	47.382	-	-	0,00%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	4.178.938	10.197.776	(59,02%)	0,04%
Demais Obrigações a Curto Prazo	421.029.092	576.932.393	(27,02%)	3,69%
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.419.404.346</b>	<b>10.849.248.898</b>	<b>5,26%</b>	<b>100,00%</b>

Verifica-se que o item “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo” corresponde a 81,13% do total do Passivo Circulante da Justiça Federal, no 1º trimestre de 2024, conforme a seguir demonstrado:

PASSIVO CIRCULANTE	2024	AV
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.964.405.734	81,13%
Demais Obrigações a Curto Prazo	421.029.092	17,39%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31.497.670	1,30%
Provisões a Curto Prazo	4.178.938	0,17%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	47.382	0,00%
<b>Total</b>	<b>2.421.158.818</b>	<b>100,00%</b>

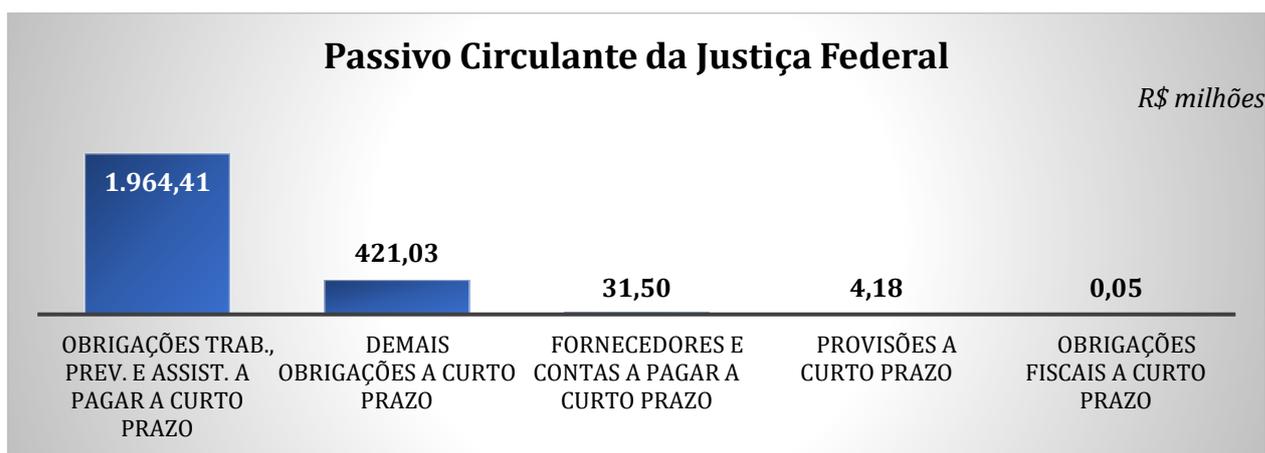


Gráfico 7

O item “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo” está composto da seguinte maneira:

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2024	%
Pessoal a Pagar - Consolidação	1.277.302.034	65,02%
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	669.799.510	34,10%
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consol.	17.024.503	0,87%
Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	257.942	0,01%
Benefícios Assistenciais a Pagar/Consolidação	21.746	0,00%
<b>Total</b>	<b>1.964.405.734</b>	<b>100,00%</b>

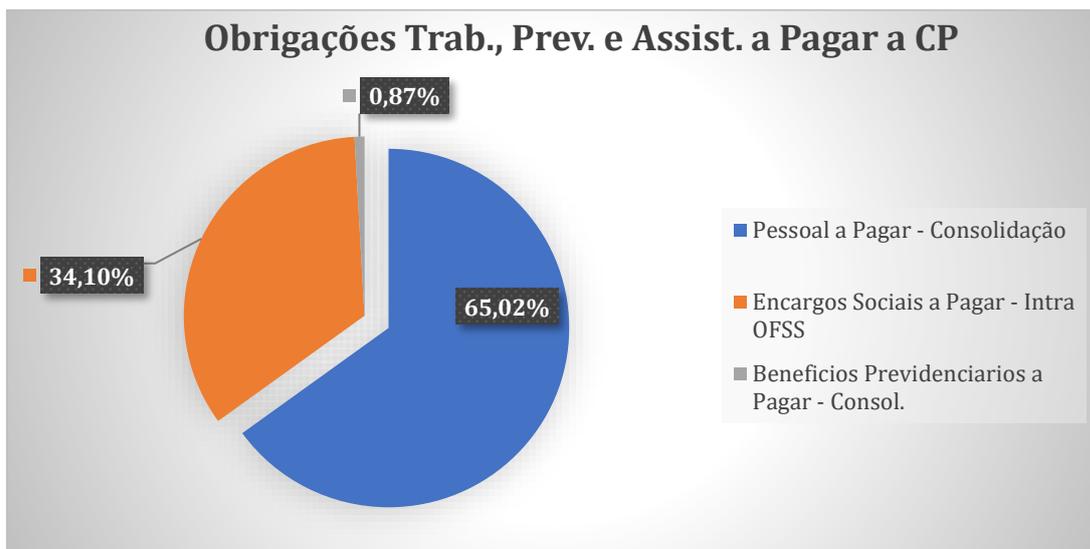


Gráfico 8

Outra possibilidade de visualizar os itens que compõem as “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”, encontra-se no quadro a seguir, em que se verifica que 86,57% referem-se aos itens (somados) “Férias a Pagar”, “Encargos Patronais relativos ao Plano de Seguridade Social dos Servidores - PSSS de Precatórios” e “Salários, Remunerações e Benefícios”, além de 7,23% decorrentes de “Precatórios de Pessoal”.

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2024	%
Férias a Pagar	573.432.087	29,19%
Encargos Patronais - PSSS de Precatórios	567.829.853	28,91%
Salários, Remunerações e Benefícios	559.207.451	28,47%
Precatórios de Pessoal	142.003.131	7,23%
PSSS-Contrib.S/Vencimentos e Vantagens -Intra	94.445.261	4,81%
Precatórios de Benefícios Previdenciários	17.012.015	0,87%
Inss-Contrib.S/ Serviços de Terceiros - Intra	6.719.245	0,34%
Obrigações Trabalhistas a Pagar	2.554.809	0,13%
Inss-Contrib.S/Salários e Remunerações -Intra	805.151	0,04%
Outras Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	396.731	0,02%
<b>Total</b>	<b>1.964.405.734</b>	<b>100,00%</b>

**NOTA 5 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Provisões a Curto Prazo**

PASSIVO	2024	2023	AH	AV
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.421.158.818</b>	<b>4.268.876.125</b>	<b>(43,28%)</b>	<b>21,20%</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.964.405.734	3.665.419.280	(46,41%)	17,20%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31.497.670	16.326.676	92,92%	0,28%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	47.382	-	-	0,00%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	4.178.938	10.197.776	(59,02%)	0,04%
Demais Obrigações a Curto Prazo	421.029.092	576.932.393	(27,02%)	3,69%
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.419.404.346</b>	<b>10.849.248.898</b>	<b>5,26%</b>	<b>100,00%</b>

Verificou-se que as Provisões a Curto Prazo tiveram uma variação negativa de 59,02% em relação a dezembro de 2023, decorrente da baixa das provisões na conta “217910500 - Provisão para Serviços de Terceiros”, pelas unidades do TRF da 1ª Região, referentes à prestação de serviços médicos e odontológicos no âmbito do programa de assistência aos magistrados e servidores - AMOS PRÓ-SOCIAL.

**NOTA 6 – BP – PASSIVO CIRCULANTE – Demais Obrigações a Curto Prazo**

PASSIVO	2024	2023	AH	AV
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.421.158.818</b>	<b>4.268.876.125</b>	<b>(43,28%)</b>	<b>21,20%</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.964.405.734	3.665.419.280	(46,41%)	17,20%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31.497.670	16.326.676	92,92%	0,28%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	47.382	-	-	0,00%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	4.178.938	10.197.776	(59,02%)	0,04%
Demais Obrigações a Curto Prazo	421.029.092	576.932.393	(27,02%)	3,69%
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.419.404.346</b>	<b>10.849.248.898</b>	<b>5,26%</b>	<b>100,00%</b>

PASSIVO CIRCULANTE	2024	AV
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.964.405.734	81,13%
Demais Obrigações a Curto Prazo	421.029.092	17,39%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31.497.670	1,30%
Provisões a Curto Prazo	4.178.938	0,17%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	47.382,41	0,00%
<b>Total</b>	<b>2.421.158.818</b>	<b>100,00%</b>

Verifica-se que o item “Demais Obrigações a Curto Prazo” corresponde a 17,39% do total do Passivo Circulante. O referido item está composto da forma a seguir demonstrada:

Demais Obrigações a Curto Prazo	2024	%
Valores Restituíveis	267.551.640	63,55%
Outras Obrigações a Curto Prazo	153.477.452	36,45%
<b>Total</b>	<b>421.029.092</b>	<b>100,00%</b>

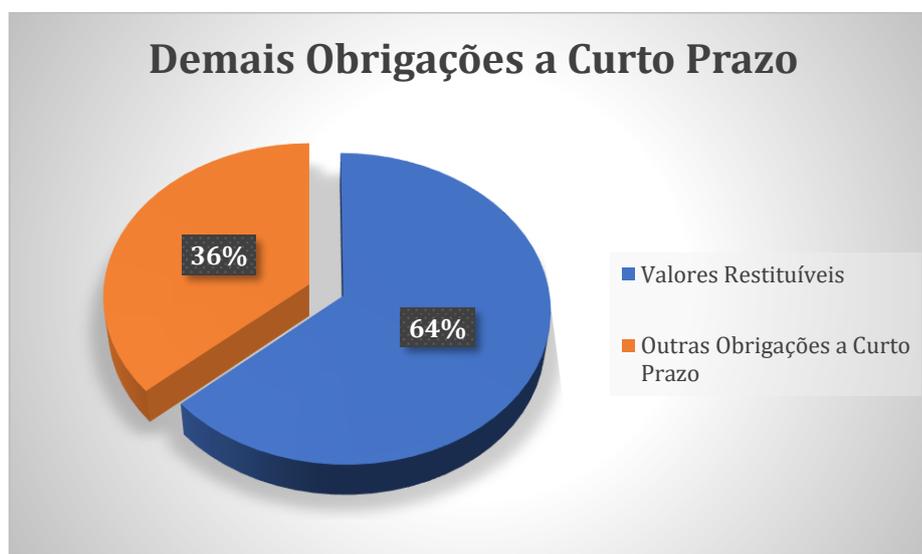


Gráfico 9

Outra possibilidade de visualizar os itens que compõem as Demais Obrigações a Curto Prazo, encontra-se no quadro a seguir, em que se verifica que quase 35,47% dizem respeito a Precatórios de terceiros.

<b>Demais Obrigações a Curto Prazo</b>	<b>2024</b>	<b>%</b>
Precatórios de Terceiros	149.322.390	35,47%
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	136.494.266	32,42%
Depósitos Recebidos por Determinação Judicial	78.642.297	18,68%
Outras	56.570.139	13,44%
<b>Total</b>	<b>421.029.092</b>	<b>100,00%</b>

**NOTA 7 – DVP – VPA/Transferências e Delegações Recebidas**

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH	AV
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>92.074.146.810</b>	<b>23.946.470.568</b>	<b>284,50%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>35.050.215</b>	<b>33.488.634</b>	<b>4,66%</b>	<b>0,04%</b>
Taxas	35.050.215	33.488.634	4,66%	0,04%
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>39.629.701</b>	<b>40.750.925</b>	<b>(2,75%)</b>	<b>0,04%</b>
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	39.629.701	40.750.925	(2,75%)	0,04%
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>73.374</b>	<b>46.851</b>	<b>56,61%</b>	<b>0,00%</b>
Juros e Encargos de Mora	65.148	24.409	166,91%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	8.226	22.442	(63,35%)	0,00%
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>91.588.165.032</b>	<b>23.814.094.143</b>	<b>284,60%</b>	<b>99,47%</b>
Transferências Intragovernamentais	91.585.342.715	23.810.198.999	284,65%	99,47%
Transferências Intergovernamentais	445	-	-	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.821.873	3.895.144	(27,55%)	0,00%
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>3.975.032</b>	<b>12.144.381</b>	<b>(67,27%)</b>	<b>0,00%</b>
Reavaliação de Ativos	-	4.623.065	(100,00%)	-
Ganhos com Alienação	1.794	-	-	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.567.862	3.465.568	2,95%	0,00%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	405.375	4.055.748	(90,00%)	0,00%
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>407.253.457</b>	<b>45.945.635</b>	<b>786,38%</b>	<b>0,44%</b>
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	4.038.004	-	-	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	403.215.453	45.945.635	777,59%	0,44%

Do quadro acima verifica-se que dentre o grupo de contas de Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, a conta que teve maior representatividade foi a de “Transferências e Delegações Recebidas”, a qual representa 99,47% do total.

A quase totalidade das Transferências e Delegações Recebidas advém de Transferências Intragovernamentais, conforme demonstrado abaixo:

Especificação	2024	%
Transferências Intragovernamentais	91.585.342.715	99,997%
Transferências Intergovernamentais	445	0,000%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.821.873	0,003%
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>91.588.165.032</b>	<b>100,00%</b>

O total das Transferências Intragovernamentais, por seu turno, é composto por 61,34% de Sub-repasso Recebido, 31,69% de Cota Recebida e 6,97% relativos a outras transferências, conforme a seguir demonstrado:

Especificação	2024	%
Sub-Repasse Recebido	56.177.603.074	61,34%
Cota Recebida	29.026.800.551	31,69%
Outros	6.383.761.407	6,97%
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>91.588.165.032</b>	<b>100,00%</b>

Cabe ressaltar que a Justiça Federal recebe a Cota da STN, e repassa para as UGs intermediárias, que por seu turno, irão sub-repassar para as UGs executoras.

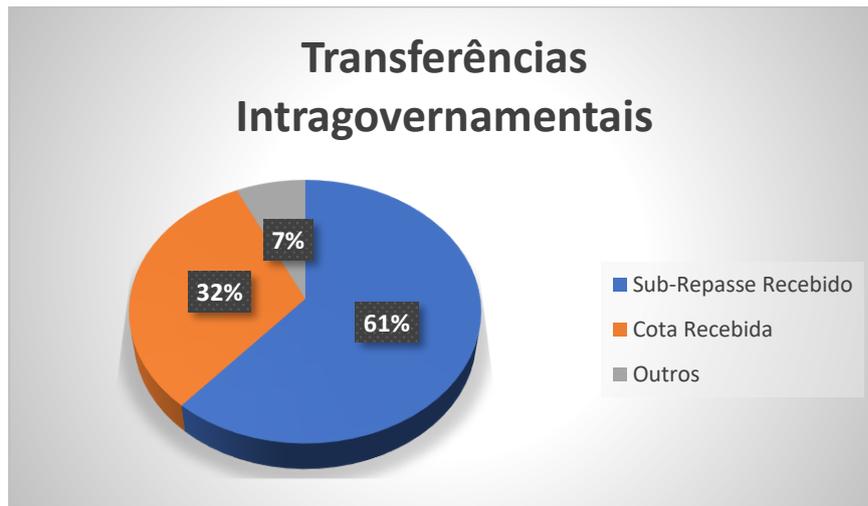


Gráfico 10

**NOTA 8 – DVP – VPA/Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH	AV
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>92.074.146.810</b>	<b>23.946.470.568</b>	<b>284,50%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>35.050.215</b>	<b>33.488.634</b>	<b>4,66%</b>	<b>0,04%</b>
Taxas	35.050.215	33.488.634	4,66%	0,04%
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>39.629.701</b>	<b>40.750.925</b>	<b>(2,75%)</b>	<b>0,04%</b>
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	39.629.701	40.750.925	(2,75%)	0,04%
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>73.374</b>	<b>46.851</b>	<b>56,61%</b>	<b>0,00%</b>
Juros e Encargos de Mora	65.148	24.409	166,91%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	8.226	22.442	(63,35%)	0,00%
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>91.588.165.032</b>	<b>23.814.094.143</b>	<b>284,60%</b>	<b>99,47%</b>
Transferências Intragovernamentais	91.585.342.715	23.810.198.999	284,65%	99,47%
Transferências Intergovernamentais	445	-	-	0,00%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.821.873	3.895.144	(27,55%)	0,00%
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>3.975.032</b>	<b>12.144.381</b>	<b>(67,27%)</b>	<b>0,00%</b>
Reavaliação de Ativos	-	4.623.065	(100,00%)	-
Ganhos com Alienação	1.794	-	-	0,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.567.862	3.465.568	2,95%	0,00%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	405.375	4.055.748	(90,00%)	0,00%
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>407.253.457</b>	<b>45.945.635</b>	<b>786,38%</b>	<b>0,44%</b>
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	4.038.004	-	-	0,00%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	403.215.453	45.945.635	777,59%	0,44%

Do grupo “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” o item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” corresponde à quase totalidade:

<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2024</b>	<b>%</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	403.215.453	99,01%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	4.038.004	0,99%
<b>Total</b>	<b>407.253.457</b>	<b>100,00%</b>

O valor do item “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas”, por sua vez, é composto majoritariamente por “Multas Administrativas Contratuais e Judiciais”, responsável por 59,98% dos lançamentos, seguida por Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, que responde por 36,29%, conforme demonstrado a seguir:

<b>Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2024</b>	<b>%</b>
Multas Adm, Contratuais e Judiciais – Consol.	241.835.482	59,98%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	146.340.758	36,29%
Vpa Decorrente De Fatores Ger. Divs. – Consol.	15.016.328	3,72%
Vpa Decorrentes De Fat. Ger. Divs. Intra Ofss	22.885	0,01%
<b>Total</b>	<b>403.215.453</b>	<b>100,00%</b>

O valor de “Multas Administrativas Contratuais e Judiciais”, por Região, está demonstrado a seguir:

Multas Adm. Contratuais e Judiciais	2024	%
1ª Região	93.891	0,06%
2ª Região	30.277	0,02%
3ª Região	1.920.841	1,31%
4ª Região	272.561	0,19%
5ª Região	239.516.313	163,67%
6ª Região	1.600	0,00%
<b>Total</b>	<b>241.835.482</b>	<b>165,26%</b>

O valor de “Indenizações, Restituições e Ressarcimentos”, por Região, está demonstrado a seguir:

Restituições	2024	%
Conselho da Justiça Federal	269.657	0,18%
1ª Região	34.264.285	23,41%
2ª Região	2.537.537	1,73%
3ª Região	20.129.573	13,76%
4ª Região	3.748.469	2,56%
5ª Região	82.514.311	56,39%
6ª Região	2.876.925	1,97%
<b>Total</b>	<b>146.340.758</b>	<b>100,00%</b>

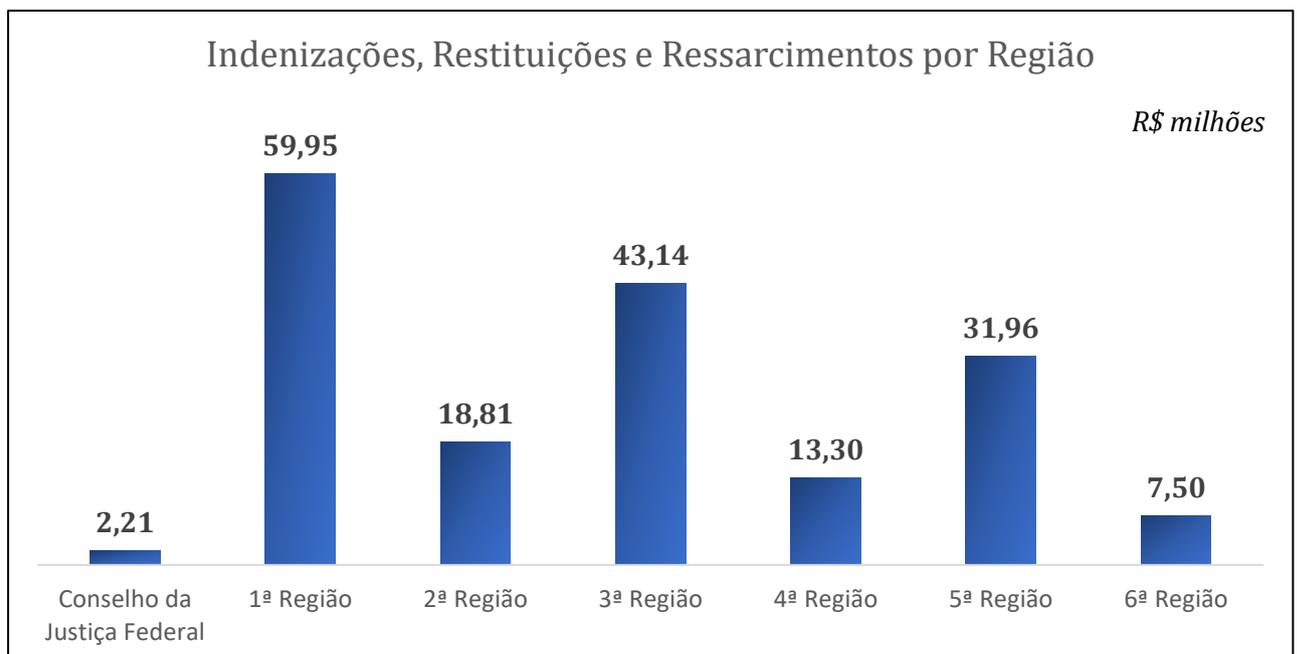


Gráfico 11

### NOTA 9 – DVP – VPD/Transferências e Delegações Concedidas

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH	AV
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>89.593.829.175</b>	<b>22.115.209.213</b>	<b>305,12%</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos	2.640.346.331	2.367.981.687	11,50%	2,95%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	603.837.573	547.330.869	10,32%	0,67%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	389.755.483	324.926.451	19,95%	0,44%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	17.914	10.367	72,80%	0,00%
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>61.376.706.353</b>	<b>15.771.166.111</b>	<b>289,17%</b>	<b>68,51%</b>
Transferências Intragovernamentais	61.353.739.641	15.766.517.573	289,14%	68,48%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	22.966.711	4.648.538	394,06%	0,03%
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>24.568.427.695</b>	<b>3.093.788.469</b>	<b>694,12%</b>	<b>27,42%</b>
<b>Tributárias</b>	<b>13.537.393</b>	<b>9.232.841</b>	<b>46,62%</b>	<b>0,02%</b>
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>1.200.433</b>	<b>772.419</b>	<b>55,41%</b>	<b>0,00%</b>

Dentre o grupo de contas de Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, a conta que teve maior representatividade foi a de “Transferências e Delegações Concedidas”, com 68,51% do total, conforme demonstrado no quadro anterior.

Do total de “Transferências e Delegações Concedidas” 99,96% são referentes a “Transferências Intragovernamentais” e 0,04% referentes a “Outras Transferências e Delegações Concedidas”.

Transferências e Delegações Concedidas	2024	%
Transferências Intragovernamentais	61.353.739.641	99,96%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	22.966.711	0,04%
<b>Total</b>	<b>61.376.706.353</b>	<b>100,00%</b>

Os 99,96% de “Transferências Intragovernamentais” são compostos, em sua maior parte, por 91,53% referentes a “Sub-repasses Concedidos”, conforme demonstrado no quadro a seguir (percentuais em relação ao total de “Transferências e Delegações Concedidas”):

Transferências e Delegações Concedidas	2024	%
Transferências Intragovernamentais	61.353.739.641	99,96%
Sub-Repasso Concedido	56.177.603.074	91,53%
Transferências Concedidas Para Pgto de RP	4.691.464.224	7,64%
Movimento de Saldos Patrimoniais	479.833.025	0,78%
Demais Transferências Intragovernamentais	4.839.319	0,01%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	22.966.711	0,04%
<b>Total</b>	<b>61.376.706.353</b>	<b>100,00%</b>

Em relação somente ao total de Transferências Intragovernamentais, os Sub-repasses concedidos correspondem a 91,56%, conforme a seguir demonstrado:

Transferências Intragovernamentais	2024	%
Sub-Repasso Concedido	56.177.603.074	91,56%
Transferências Concedidas Para Pgto de RP	4.691.464.224	7,65%
Movimento de Saldos Patrimoniais	479.833.025	0,78%
Demais Transferências Intragovernamentais	4.839.319	0,01%
<b>Total</b>	<b>61.353.739.641</b>	<b>100,00%</b>

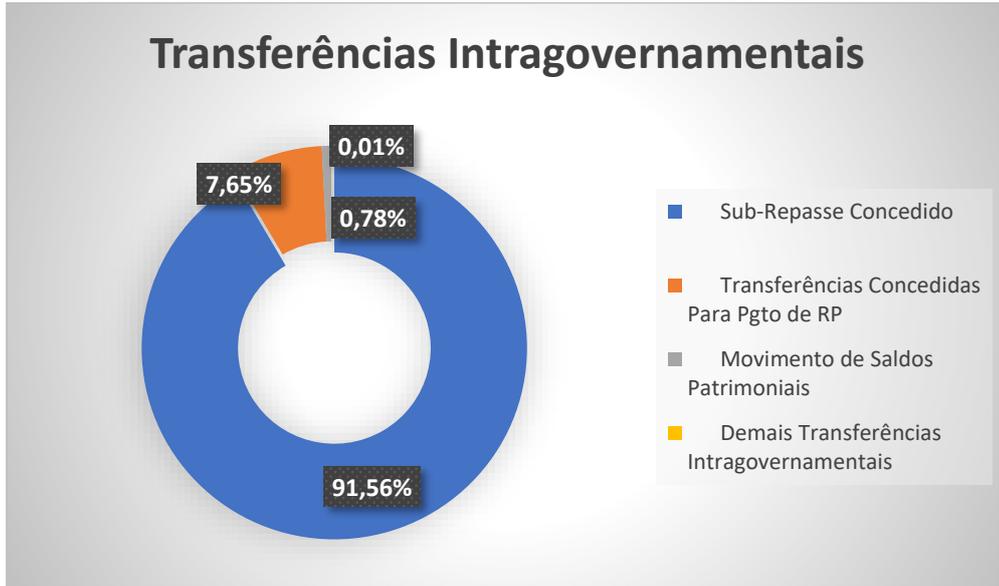


Gráfico 12

**NOTA 10 – DVP – VPD/Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos**

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH	AV
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>89.593.829.175</b>	<b>22.115.209.213</b>	<b>305,12%</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos	2.640.346.331	2.367.981.687	11,50%	2,95%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	603.837.573	547.330.869	10,32%	0,67%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	389.755.483	324.926.451	19,95%	0,44%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	17.914	10.367	72,80%	0,00%
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>61.376.706.353</b>	<b>15.771.166.111</b>	<b>289,17%</b>	<b>68,51%</b>
Transferências Intragovernamentais	61.353.739.641	15.766.517.573	289,14%	68,48%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	22.966.711	4.648.538	394,06%	0,03%
<b>Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>24.568.427.695</b>	<b>3.093.788.469</b>	<b>694,12%</b>	<b>27,42%</b>
Tributárias	13.537.393	9.232.841	46,62%	0,02%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.200.433	772.419	55,41%	0,00%

A conta “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, que representa 27,42% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, é composta, em sua maioria por “Incorporação de Passivos” relativos à transferência de precatórios e RPVs das unidades devedoras para a Justiça Federal, a quem cabe a realização do pagamento. Essas incorporações de passivos representam 99,92% desse grupo., conforme abaixo:

Desvaloriz./Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	2024	%
Incorporação de Passivos	24.548.448.420	99,92%
Desincorporação de Ativos	19.405.389	0,08%
Reavaliação de Bens Imóveis	292.082	0,00%
Perdas Involuntárias de Bens Móveis	244.932	0,00%
Perdas Involuntárias Com Estoques	36.872	0,00%
<b>Total</b>	<b>24.568.427.695</b>	<b>100,00%</b>

O valor da Incorporação de Passivos, por Região, está demonstrado a seguir:

Incorporação de Passivos por Região	2024	%
Conselho da Justiça Federal	9.770.340	0,04%
1ª Região	14.756.680.430	60,06%
2ª Região	2.695.806.376	10,97%
3ª Região	2.050.269.331	8,35%
4ª Região	2.259.020.823	9,19%
5ª Região	2.595.234.352	10,56%
6ª Região	201.646.042	0,82%
<b>Total</b>	<b>24.568.427.695</b>	<b>100,00%</b>

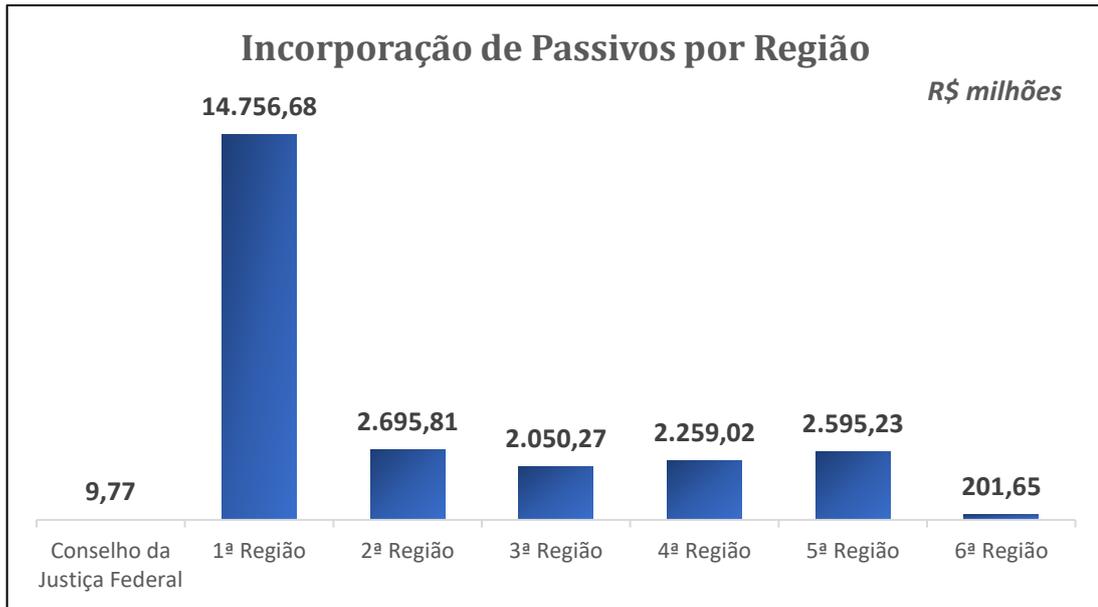


Gráfico 13

**NOTA 11 – BO – RECEITAS CORRENTES – Receitas Tributárias**

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	24.533.338	24.533.338
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	24.534.915	24.534.915
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	445	445
Outras Receitas Correntes	-	-	(2.021)	(2.021)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	(2.021)	(2.021)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	24.533.338	24.533.338
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	24.533.338	24.533.338
<b>DEFICIT</b>	-	-	32.922.524.786	32.922.524.786
<b>TOTAL</b>	-	-	32.947.058.124	32.947.058.124

A quase totalidade das Receitas Realizadas é de origem “Tributária – Emolumentos e Custas Judiciais”, conforme demonstrado a seguir:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS REALIZADAS	%
Tributária - Emolumentos e Custas Judiciais	24.534.915	100%
Outras Transf.Conv.Uniao e Suas Entid.-Princ.	445	0%
Restituições de Sentenças Judiciais não sacadas	(2.021)	0%
<b>Total</b>	<b>24.533.338</b>	<b>100,00%</b>

Outra forma de visualizar as “Receitas Correntes Realizadas” está demonstrada no quadro a seguir:

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS REALIZADAS	%
Receitas Tributárias	24.534.915	100%
Transferências Correntes	445	0%
Outras Receitas Correntes	(2.021)	0%
<b>Total</b>	<b>24.533.338</b>	<b>100,00%</b>

A distribuição dos valores de “Receitas Tributárias Realizadas – Emolumentos e Custas Judiciais”, por Região, estão apresentados no quadro a seguir:

Receitas Tributárias - Emolumentos e Custas Judiciais	2024	%
1ª Região	5.551.519	22,63%
2ª Região	2.902.417	11,83%
3ª Região	6.393.779	26,06%
4ª Região	5.511.173	22,46%
5ª Região	2.245.329	9,15%
6ª Região	1.930.698	7,87%
<b>Total</b>	<b>24.534.915</b>	<b>100,00%</b>

**NOTA 12 – BO – DESPESAS CORRENTES**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% DE EMPENHO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>15.646.285.200</b>	<b>32.022.722.577</b>	<b>(16.376.437.377)</b>	<b>205%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	12.568.645.852	6.885.018.933	5.683.626.919	55%
Outras Despesas Correntes	3.077.639.348	25.137.703.644	(22.060.064.296)	817%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>510.503.303</b>	<b>924.335.547</b>	<b>(413.832.244)</b>	<b>181%</b>
Investimentos	510.503.303	83.287.318	427.215.985	16%
Inversões Financeiras	-	841.048.229	(841.048.229)	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.156.788.503</b>	<b>32.947.058.124</b>	<b>(16.790.269.621)</b>	<b>204%</b>

Em primeira análise, a execução das despesas correntes apresenta o percentual de 205% das despesas fixadas pela Lei Orçamentária Anual - LOA (dotação). No entanto, dentro deste percentual, consta a execução de Precatórios e RPs, nas unidades da Justiça Federal, com dotação proveniente de outras unidades orçamentárias da União.

O grupo “Pessoal e Encargos” contém despesas empenhadas no valor de R\$ 18.547.152.536,76 referente à execução de precatórios e RPs.

O grupo “Pessoal e Encargos” contém despesas empenhadas no valor de R\$ 194.806.971,12 referente à execução de precatórios e RPs

O saldo da dotação de “Outras Despesas Correntes” encontra-se negativo em razão da execução de outras unidades orçamentárias, em sua maioria de precatórios, RPs e pagamento de peritos no âmbito da assistência jurídica gratuita, no valor de R\$ 23.413.518.257,01, sem o respectivo destaque recebido.

O saldo da dotação de “Inversões Financeiras” contém despesas empenhadas no valor de R\$ 841.048.229,32, referente à execução de precatórios e RPs.

Assim, caso desconsideremos esses valores, as despesas são ajustadas para o patamar abaixo:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% DE EMPENHO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>15.646.285.200</b>	<b>8.414.397.348</b>	<b>7.231.887.852</b>	<b>53,78%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	12.568.645.852	6.690.211.962	5.878.433.890	53,23%
Outras Despesas Correntes	3.077.639.348	1.724.185.387	1.353.453.961	56,02%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>510.503.303</b>	<b>83.287.318</b>	<b>427.215.985</b>	<b>16,31%</b>
Investimentos	510.503.303	83.287.318	427.215.985	16,31%
Inversões Financeiras	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.156.788.503</b>	<b>8.497.684.666</b>	<b>7.659.103.837</b>	<b>52,60%</b>

**NOTA 13 – BF – INGRESSOS - Transferências Financeiras Recebidas - Resultantes da Execução Orçamentária**

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH	AV
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>91.585.342.715</b>	<b>23.810.198.999</b>	<b>284,65%</b>	<b>90,56%</b>
<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	<b>85.212.974.386</b>	<b>19.831.272.071</b>	<b>329,69%</b>	<b>84,26%</b>
Cota Recebida	29.026.800.551	6.741.893.601	330,54%	28,70%
Repassé Recebido	8.551.727	830.221	930,05%	0,01%
Sub-repassé Recebido	56.177.603.074	13.074.312.935	329,68%	55,55%
Sub-repassé Devolvido	19.035	14.235.314	(99,87%)	0,00%
<b>TOTAL DE INGRESSOS</b>	<b>101.132.835.181</b>	<b>30.897.483.409</b>	<b>227,32%</b>	<b>100,00%</b>

Por meio da análise vertical do Balanço Financeiro (BF) é possível identificar que as “Transferências Financeiras Recebidas” representam a maior parte dos ingressos apurados, correspondentes a 90,56%, sendo compostas, principalmente, pelas contas “Cota Recebidas” e “Sub-repassé Recebido”, conforme demonstrado a seguir:

Resultantes da Execução Orçamentária	2024	%
Cota Recebida	29.026.800.551	34,1%
Repassé Recebido	8.551.727	0,0%
Sub-repassé Recebido	56.177.603.074	65,9%
Sub-repassé Devolvido	19.035	0,0%
<b>Total</b>	<b>85.212.974.386</b>	<b>100,00%</b>

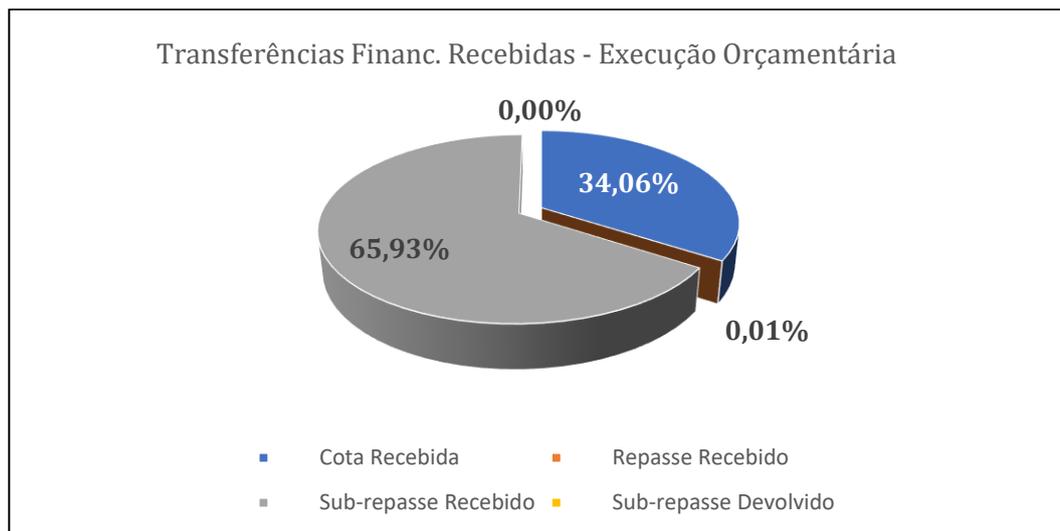


Gráfico 14

De acordo com o Manual Siafi (Macrofunção 020303), a cota é a primeira fase da movimentação dos recursos financeiros, enquanto repassé é a descentralização externa de recursos, isto é, entre órgãos distintos, e o sub-repassé é a descentralização interna, feita entre unidades do mesmo órgão. Ainda de acordo com a Macrofunção, os recursos são liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional até o dia 20 de cada mês em valores

correspondentes aos duodécimos, em conformidade com o art. 168 da Constituição Federal.

**NOTA 14 – BF – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, Independentes da Execução Orçamentária**

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH	AV
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>91.585.342.715</b>	<b>23.810.198.999</b>	<b>284,65%</b>	<b>90,56%</b>
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>6.372.368.328</b>	<b>3.978.926.929</b>	<b>60,15%</b>	<b>6,30%</b>
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	6.364.916.330	3.976.602.831	60,06%	6,29%
Demais Transferências Recebidas	1.045.948	1.079.722	(3,13%)	0,00%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	6.406.050	1.244.375	414,80%	0,01%
<b>TOTAL DE INGRESSOS</b>	<b>101.132.835.181</b>	<b>30.897.483.409</b>	<b>227,32%</b>	<b>100,00%</b>

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH	AV
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>61.353.739.641</b>	<b>15.766.517.573</b>	<b>289,14%</b>	<b>60,67%</b>
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>5.171.743.197</b>	<b>2.648.509.333</b>	<b>95,27%</b>	<b>5,11%</b>
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.691.464.224	2.527.613.109	85,61%	4,64%
Demais Transferências Concedidas	445.948	736.391	(39,44%)	0,00%
Movimento de Saldos Patrimoniais	479.833.025	120.159.833	299,33%	0,47%
<b>TOTAL DE DISPÊNDIOS</b>	<b>101.132.835.181</b>	<b>30.897.483.409</b>	<b>227,32%</b>	<b>100,00%</b>

Os valores relativos às Transferências Recebidas e Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar referem-se às liberações de recursos financeiros para pagamento de restos a pagar no âmbito da Justiça Federal (inclusive precatórios e RPVs), sendo apurados na conta “822140400 - Restos a Pagar Liberado”. Grande parte do volume contabilizado no primeiro trimestre decorreu de liberações financeiras destinadas a atender a RPVs autuadas em dezembro de 2023, cujo pagamento estava previsto somente para janeiro de 2024.

Cabe ressaltar que o processo de pagamento de precatórios e RPVs exige que os recursos financeiros transitem por diversas unidades da Justiça Federal até chegar às chamadas UGs de Precatórios, responsáveis pela realização dos pagamentos. Com isso, tais movimentações geram registros contábeis de transferências recebidas/concedidas a cada vez que transitam pelas unidades, acarretando, dessa forma, valor expressivo na conta consolidada do Órgão.

**NOTA 15 – BF – INGRESSOS - Recebimentos Extraorçamentários – Arrecadação de Outra Unidade**

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH	AV
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>5.779.429.416</b>	<b>4.963.829.976</b>	<b>16,43%</b>	<b>5,71%</b>
Outros Recebimentos Extraorçamentários	454.133.930	95.756.951	374,26%	0,45%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	991.553	680.761	45,65%	0,00%
Restituições a Pagar	22.334	39.758	(43,82%)	0,00%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.866	10.565	(72,87%)	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	453.116.680	95.025.868	376,84%	0,45%
Valores para Compensação	498	-	-	0,00%
<b>TOTAL DE INGRESSOS</b>	<b>101.132.835.181</b>	<b>30.897.483.409</b>	<b>227,32%</b>	<b>100,00%</b>

INGRESSOS		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2024	AV
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	991.553	0,22%
Restituições a Pagar	22.334	0,00%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.866	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	453.116.680	99,78%
Valores para Compensação	498	0,00%
<b>Total</b>	<b>454.133.930</b>	<b>100,00%</b>

Dentre os grupos que compõem os “Outros Recebimentos Extraorçamentários”, cabe analisar os registros que integram o saldo de “Arrecadação de Outra Unidade”. Essa conta representa o montante financeiro arrecadado pela Justiça Federal, pertencente à receita orçamentária de outras unidades. No 1º trimestre de 2024 a “Arrecadação de Outra Unidade” alcançou o valor total de R\$ 453.116.680, distribuído pelas seguintes Naturezas de Receita:

Arrecadação de Outra Unidade por Natureza de Receita	2024	%
Restit. Exercícios Anteriores	370.714.125	81,8%
Convênio Depósitos Judiciais	37.617.350	8,3%
Outras Receitas	22.068.559	4,9%
Ressarcimento de Custos	12.207.770	2,7%
Emolumentos e Custas	10.514.941	2,3%
Restit. Sentenças não Sacadas	(6.064)	(0,0%)
<b>Total</b>	<b>453.116.680</b>	<b>100,0%</b>

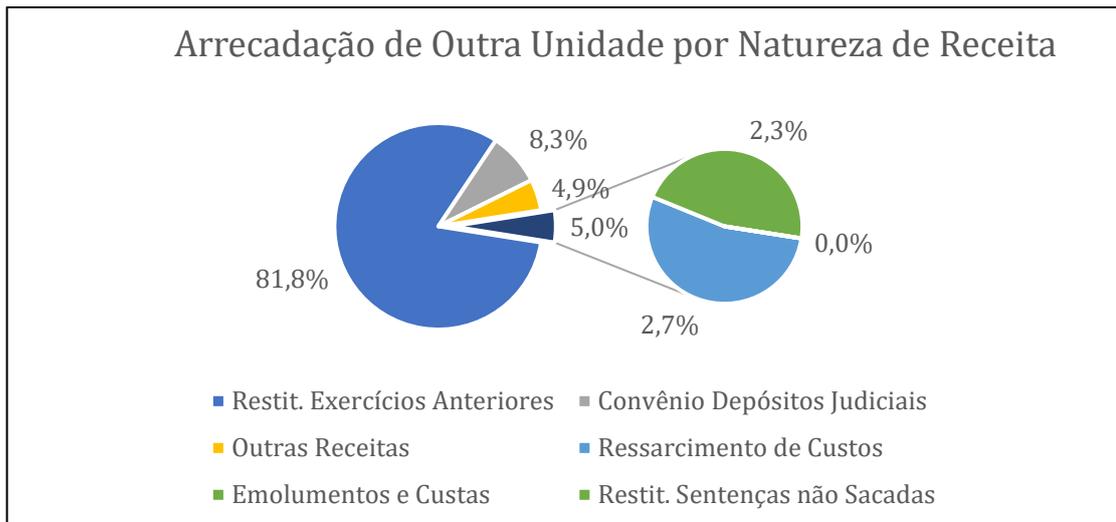


Gráfico 15

Ressalta-se que os valores registrados como “Arrecadação de Outra Unidade” correspondem à arrecadação realizada pelas unidades da Justiça Federal na fonte 000 - Recursos Livres da União, a qual é registrada como receita realizada diretamente na Fazenda Nacional.

O quadro abaixo demonstra a composição do saldo da conta “Controle de Arrecadação na Unidade Arrecadadora” por fonte de recursos. É oportuno destacar que os valores negativos constantes do quadro, referem-se a retificações de GRU realizadas no mês de março (conta 621320000 – Retificações, natureza de receita 19221201).

Controle da Arrec. na Unidade Arrecadadora por Fonte	2024	%
Recursos Livres da União	453.116.680	94,9%
Serv.Afetos às Ativid.Específicas da Justiça	24.534.915	5,1%
Convênios	445	0,0%
Recursos a Classificar	-	-
Prog.Proteção Crianças e Adol.Ameaçados Morte	(404)	(0,0%)
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	(1.617)	(0,0%)
<b>Total</b>	<b>477.650.018</b>	<b>100,0%</b>

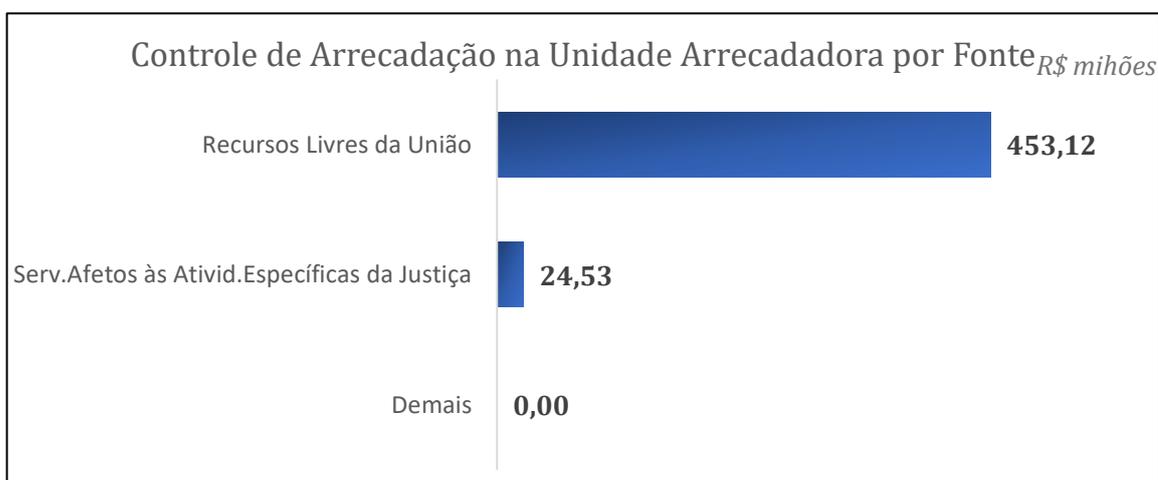


Gráfico 16

**NOTA 16 – BF – DISPÊNDIOS – Despesas Orçamentárias – Vinculadas**

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH	AV
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>32.947.058.124</b>	<b>11.054.655.291</b>	<b>198,04%</b>	<b>32,58%</b>
Ordinárias	27.991.429.749	7.276.025.854	284,71%	27,68%
Vinculadas	4.955.628.375	3.778.629.437	31,15%	4,90%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	3.578.578.261	2.479.928.867	44,30%	3,54%
Previdência Social (RPPS)	1.256.822.825	1.186.781.729	5,90%	1,24%
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	120.227.289	111.918.841	7,42%	0,12%
<b>TOTAL</b>	<b>101.132.835.181</b>	<b>30.897.483.409</b>	<b>227,32%</b>	<b>100,00%</b>

Despesas Orçamentárias Vinculadas	2024	%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	3.578.578.261	72,21%
Previdência Social (RPPS)	1.256.822.825	25,36%
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	120.227.289	2,43%
<b>TOTAL</b>	<b>4.955.628.375</b>	<b>100,00%</b>

Dentre as despesas Orçamentárias vinculadas, que nesse 1º trimestre de 2024 apresentaram saldo de R\$ 4.955.628.375, cabe destacar o item denominado "Seguridade Social (Exceto Previdência)", formado pelas fontes de recursos 001 – Recursos Livres da Seguridade Social e fonte 049 - Recursos próprio UO para aplicação em Seguridade Social, conforme abaixo:

Seguridade Social (Exceto Previdência) - por Fonte de Recursos	2024	%
001 - Recursos Livres da Seguridade Social	3.570.293.785	99,77%
049 - Recursos próprio UO para aplic. em Seguridade Social	8.284.477	0,23%
<b>Total Seguridade Social (Exceto Previdência)</b>	<b>3.578.578.261</b>	<b>100,00%</b>

**NOTA 17 – BF – DISPÊNDIOS - Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária**

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH	AV
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>61.353.739.641</b>	<b>15.766.517.573</b>	<b>289,14%</b>	<b>60,67%</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	56.181.996.445	13.118.008.240	328,28%	55,55%
Repasso Concedido	501.742	230.324	117,84%	0,00%
Sub-repasso Concedido	56.177.603.074	13.074.312.935	329,68%	55,55%
Cota Devolvida	3.872.594	29.229.668	(86,75%)	0,00%
Sub-repasso Devolvido	19.035	14.235.314	(99,87%)	0,00%
<b>TOTAL DE DISPÊNDIOS</b>	<b>101.132.835.181</b>	<b>30.897.483.409</b>	<b>227,32%</b>	<b>100,00%</b>

Por meio da análise vertical do Balanço Financeiro (BF) verifica-se que as “Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária” representaram, no 1º trimestre de 2024, 55,55% do total de dispêndios.

O grupo de contas “Transferências Financeiras Concedidas – Resultantes da Execução Orçamentária” é composto, quase integralmente pelo movimento das contas de “Sub-repasso Concedido” (99,99%). Quando comparado, o quadro abaixo, com o quadro apresentado na nota 13, pode-se observar que o montante do Sub-repasso concedido é igual ao do Sub-repasso recebido (R\$ 56.177.603.074).

Transf. Financ. Conced. Result. Exec. Orç.	2024	%
Repasso Concedido	501.742	0,00%
Sub-repasso Concedido	56.177.603.074	99,99%
Cota Devolvida	3.872.594	0,01%
Sub-repasso Devolvido	19.035	0,00%
<b>Total</b>	<b>56.181.996.445</b>	<b>100,00%</b>

**NOTA 18 – DFC – Fluxos de Caixa - por Atividade**

ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	AH	AV
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.330.339.439</b>	<b>333.320.883</b>	<b>299,12%</b>	<b>100,00%</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>92.292.578.241</b>	<b>24.086.313.764</b>	<b>283,17%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>24.534.915</b>	<b>23.442.072</b>	<b>4,66%</b>	<b>0,03%</b>
<b>Outras Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>(2.021)</b>	<b>86.907</b>	<b>(102,33%)</b>	<b>(0,00%)</b>
<b>Transferências Recebidas</b>	<b>445</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
Intragovernamentais	445	-	-	0,00%
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>92.268.044.903</b>	<b>24.062.784.785</b>	<b>283,45%</b>	<b>99,97%</b>
Ingressos Extraorçamentários	229.559.811	157.509.596	45,74%	0,25%
Restituições a Pagar	22.334	39.758	(43,82%)	0,00%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.866	10.565	(72,87%)	0,00%
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>91.585.342.715</b>	<b>23.810.198.999</b>	<b>284,65%</b>	<b>99,23%</b>
Arrecadação de Outra Unidade	453.116.680	95.025.868	376,84%	0,49%
Valores para Compensação	498	-	-	0,00%
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>(90.962.238.802)</b>	<b>(23.752.992.881)</b>	<b>282,95%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>(28.600.962.852)</b>	<b>(7.315.312.475)</b>	<b>290,97%</b>	<b>31,44%</b>
Judiciário	(2.741.428.815)	(2.454.724.468)	11,68%	3,01%
Essencial à Justiça	(26.632)	(19.220)	38,57%	0,00%
Administração	-	(1.483)	(100,00%)	-
Previdência Social	(616.680.871)	(584.852.220)	5,44%	0,68%
<b>Encargos Especiais</b>	<b>(25.243.818.086)</b>	<b>(4.276.395.846)</b>	<b>490,31%</b>	<b>27,75%</b>
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	991.553	680.761	45,65%	(0,00%)
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>(789.137.151)</b>	<b>(388.425.611)</b>	<b>103,16%</b>	<b>0,87%</b>
Intragovernamentais	(789.137.151)	(388.425.611)	103,16%	0,87%
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>(61.572.138.799)</b>	<b>(16.049.254.794)</b>	<b>283,64%</b>	<b>67,69%</b>
Dispêndios Extraorçamentários	(218.347.035)	(282.731.048)	(22,77%)	0,24%
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>(61.353.739.641)</b>	<b>(15.766.517.573)</b>	<b>289,14%</b>	<b>67,45%</b>
Valores Compensados	-	(2.548)	(100,00%)	-
Demais Pagamentos	(52.123)	(3.625)	1337,84%	0,00%
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(879.935.957)</b>	<b>(47.077.711)</b>	<b>1769,11%</b>	<b>100,00%</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>(879.935.957)</b>	<b>(47.077.711)</b>	<b>1769,11%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>	<b>(35.696.815)</b>	<b>(35.986.607)</b>	<b>(0,81%)</b>	<b>4,06%</b>
<b>Outros Desembolsos de Investimentos</b>	<b>(844.239.142)</b>	<b>(11.091.104)</b>	<b>7511,86%</b>	<b>95,94%</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>450.403.482</b>	<b>286.243.172</b>	<b>57,35%</b>	<b>(51,19%)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>3.743.529.713</b>	<b>2.099.925.455</b>	<b>78,27%</b>	<b>(425,43%)</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>4.193.933.195</b>	<b>2.386.168.627</b>	<b>75,76%</b>	<b>(476,62%)</b>

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias, extraorçamentárias e desembolsos efetuados tanto para pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias da Justiça Federal.

O fluxo de caixa das atividades operacionais do trimestre em análise foi 299,12% maior que o do mesmo período do exercício de 2023. Houve um aumento de R\$ 67.209.245.921 nos desembolsos, e os ingressos aumentaram em R\$ 68.206.264.477, resultando em um aumento do fluxo de caixa das atividades operacionais no valor de R\$ 997.018.556.

O aumento dos ingressos ocorreu basicamente em função das “Transferências Financeiras Recebidas” (também abordadas da nota 13), que respondem por 99,23% do total dos ingressos, num montante correspondente a R\$ 91.585.342.715.

Dos desembolsos, as despesas orçamentárias são apresentadas na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto), conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério da Fazenda.

Dos recursos financeiros recebidos para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, R\$ 28,6 bilhões (31,44%) se referem a “Pessoal e Demais Despesas”; R\$ 789,14 milhões (0,87%) a “Transferências Concedidas; e, R\$ 61,57 bilhões (67,69%) se referem a “Outros Desembolsos Operacionais”.

No 1º trimestre de 2024 os desembolsos das atividades operacionais referentes à despesa orçamentária “Pessoal e Demais Despesas”, na função “Judiciário”, totalizaram R\$ 2,74 bilhões, correspondendo a 3,01% do total de desembolso. O maior item de desembolso com “Pessoal”, entretanto, refere-se a “Encargos especiais”, no percentual de 27,75%, correspondendo a R\$ 25,24 bilhões.

O valor mais significativo do total de desembolsos, correspondendo 67,45% do total, refere-se ao item “Transferências Financeiras Concedidas” (abordadas na nota 17), no valor de R\$ 61,35 bilhões.

As atividades de Investimentos estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. Não houve ingressos de Investimentos, apenas desembolsos, os quais compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes (4,06%) e outros desembolsos de investimento (95,94%). Após análise da DFC, em relação ao fluxo de caixa de investimentos, verifica-se que não houve ingressos e que houve desembolsos de aproximadamente R\$ 879,94 milhões, resultando num fluxo deficitário na mesma ordem.

A tabela abaixo resume a geração líquida e equivalentes de caixa por atividades:

<b>Geração Líquida e Equivalentes de Caixa - Por atividades</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>AH</b>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	1.330.339.439	333.320.883	299,12%
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(879.935.957)	(47.077.711)	1769,11%
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-
<b>Total</b>	<b>450.403.482</b>	<b>286.243.172</b>	<b>57,35%</b>

### NOTA 19 – DFC – Geração Líquida e Equivalente de Caixa

<b>Resultado Financeiro BF X DFC</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>AH</b>
Caixa e equivalentes de caixa inicial	3.743.529.713	2.099.925.455	78,27%
Caixa e equivalente de caixa final	4.193.933.195	2.386.168.627	75,76%
<b>Geração líquida e equivalente de caixa</b>	<b>450.403.482</b>	<b>286.243.172</b>	<b>57,35%</b>

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, ao término do 1º trimestre de 2024 a Geração Líquida de Caixa foi positiva em R\$ 450.403.482, apresentando um aumento de 57,35% em comparação ao mesmo período de 2023.

## Referências

### Legislação:

Lei 4.320/1964:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)

Lei nº 13.463/2017:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13463.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13463.htm)

### Publicações:

BRASIL. STN (Secretaria do Tesouro Nacional). Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, 9ª edição. Disponível em:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>

### Sites:

<https://manuais.tesouro.gov.br/siafi>

<https://siafi.tesouro.gov.br/>

<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>

<https://www.conjur.com.br/2014-jan-26/segunda-leitura-breve-balanco-historia-justica-federal-brasil>

<https://www.cjf.jus.br/cjf/>